

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MONITORAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Márcia Bueno Gomes

Universidade Federal da Grande Dourados

marcia_484@hotmail.com

Resumo: O texto traz resultados parciais de pesquisa cujo objetivo é compreender a institucionalização do monitoramento dos anos iniciais do ensino fundamental e suas repercussões nas relações internas e externas da escola. Trata-se de estudo de caso no qual utilizo abordagem quantitativo-qualitativa, trabalhando com indicadores estatístico-educacionais, entrevistas a gestores escolares, documentos oficiais e estudos bibliográficos. Os primeiros resultados confirmam a existência de iniciativas escolares de institucionalização do monitoramento com vistas à melhoria da qualidade do ensino e dos resultados em avaliações externas.

Palavras-chave: gestão escolar; avaliação educacional; qualidade de ensino.

INTRODUÇÃO

O ensino fundamental tornou-se prioridade da política educacional brasileira implementada após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que lhe assegurou o instituto do direito público subjetivo (HORTA, 1998). Com a Lei n. 9.394 de 1996, o ensino fundamental passou a ser a segunda etapa da educação básica (CURY, 2000), com duração mínima de oito anos a partir dos sete anos de idade, sendo ela antecedida pela educação infantil (zero a seis anos) e sucedida pelo ensino médio (quinze a dezessete anos).

Sob o imperativo constitucional da obrigatoriedade e propulsionado pelas metas de educação para todos firmadas em Jomtien/1990, Nova Delhi/1993, Dakar/2000 e pelas metas do Milênio da Assembléia das Nações Unidas/2000, o Estado brasileiro praticamente universalizou o acesso ao ensino fundamental (OLIVEIRA, 2007). No ano de 2006, determinou que até o ano de 2016 a obrigatoriedade do ensino deverá ser universalizada também para a população de seis anos de idade (BRASIL, 2006).

Paralelamente aos avanços na universalização do acesso, o país adotou diversas medidas para assegurar a permanência e a conclusão com êxito desse ensino, pondo ênfase à melhoria da qualidade. Uma das estratégias utilizadas na política educacional brasileira foi a de construir, principalmente após 1995, um complexo de medida-avaliação-informação (com destaque para o Censo Escolar e o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB) que foi aprimorado e ampliado após 2002 (caso do Educacenso, Prova Brasil e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb). Desse modo, a União criou condições para fixar e monitorar o alcance de metas de melhoria do ensino fundamental, bem como para induzir práticas de monitoramento nos âmbitos subnacionais (FREITAS, 2007, 2008).

Resultados parciais da pesquisa em rede “Bons resultados do Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos” — na qual participo como colaboradora — indicam a existência de prá-

ticas locais de monitoramento dos anos iniciais do ensino fundamental com o que podem estar a ocorrer importantes modificações na gestão escolar.

A pesquisa “Bons resultados do Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos” realizada conjuntamente pelas equipes da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), e financiada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Ministério da Educação (MEC).

A referida pesquisa buscou levantar os fatores explicativos dos bons resultados no Ideb 2007 dados de redes municipais dos estados do Ceará, de São Paulo e Mato Grosso do Sul (MS). A amostra de 10 municípios com mil ou mais matrículas no ensino fundamental em cada estado resulta da combinação de dois critérios adicionais: de um lado, os cinco municípios com os maiores Idebs em 2007 e, de outro, os cinco com os maiores ganhos no período 2005-2007.

Na amostra sul-mato-grossense foi incluído o município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, que obteve, entre os dez municípios selecionados, o maior Ideb em 2007 e a maior variação de 2005 para 2007. Nesse município, foram realizadas entrevistas com gestores e assessores municipais, tendo sido visitada a Escola Municipal Joaquim (nome fictício) que obteve a maior variação no Ideb naquele biênio, na qual se entrevistou a orientadora educacional e a diretora.

A pesquisa constatou que a referida escola apresentava uma prática peculiar de avaliação e monitoramento do ensino fundamental, que chamou a atenção pela sua sistematização e pelo fato de ser de iniciativa da própria instituição.

Sendo assim, venho realizando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD, em nível de mestrado, um estudo de caso nessa escola, com o propósito de compreender a institucionalização de práticas de avaliação e monitoramento dos anos iniciais do ensino fundamental e suas repercussões nas relações internas e externas da escola. Apresento nesse artigo resultados parciais desse estudo de caso.

De acordo com Chizzotti (2006), o estudo de caso consiste em um enfoque qualitativo que permite a coleta sistemática de informações sobre um caso específico, em especial sobre as relações e processos sociais que nele ocorrem (CHIZZOTTI, 2006). Esse tipo de estudo compreende uma variedade de instrumentos e técnicas para coleta, interpretação e análise de dados (ANDRÉ, 2005).

Realizei, pois, a partir de abordagem quanti-qualitativa (CRESWELL, 2007), a observação participante (POUPART *et al*, 2010) na Escola, a análise documental do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar e a análise de conteúdo (BARDIN, 2009) das entrevistas realizadas pela equipe da pesquisa “Bons resultados do Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos” com a diretora e a orientadora educacional da escola.

A análise documental é uma técnica por meio da qual é possível “[...] identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (LÜDKE; AN-

DRÉ, 1986, p. 38). Enquanto que a técnica de análise de conteúdo visa compreender o conteúdo das mensagens, através de procedimentos sistemáticos e objetivos (BARDIN, 2009).

Para fins de caracterização do contexto, utilizei dados e indicadores estatístico-educacionais disponíveis nos bancos de dados do INEP, MEC, Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (SEMED), entre outros.

Na primeira seção abordo a relação entre monitoramento e qualidade do ensino fundamental e nas seções seguintes trago características do contexto e da escola, as ações desta no monitoramento do ensino fundamental e os motivos que as impulsionaram.

O MONITORAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E A QUALIDADE DE ENSINO

O monitoramento educacional consiste no acompanhamento do processo educacional, dos seus resultados e dos recursos disponíveis na(s) escola(s), fornecendo, dessa forma, elementos importantes para o planejamento e execução de ações pró-melhoria da qualidade de ensino (FLETCHER, 1995; SOUZA, 2005).

O monitoramento educacional pode ser “[...] útil para sinalizar situações indesejáveis, que requerem ações corretivas” (SOUZA, 2005, p. 92). Para tanto, requer a utilização sistemática de vários instrumentos e procedimentos a fim de levantar dados, em intervalos regulares, que permitem gerar indicadores educacionais (FLETCHER, 1995).

Wolf (1997) – Oficial de operações do Banco Mundial – esclarece que entre os instrumentos e procedimentos utilizados para o monitoramento educacional se encontram as avaliações, mas ele não se restringe a estas, sendo necessário o

[...] acompanhamento dos resultados quantitativos (número de alunos matriculados, por exemplo, número dos que estão completando ciclo, dos que estão sendo promovidos etc.), avaliação dos insumos (livros textos, professores, proporção professor/aluno, treinamento de professores etc.), aferição da pedagogia e das interações dentro das salas de aulas e análise do desempenho no mercado de trabalho (quantos alunos formados conseguem empregos e a que salário, por exemplo) etc. (WOLF, 1997, p. 2).

A avaliação se caracteriza, nessa perspectiva, como um elemento importante na realização do monitoramento educacional, pois permite realizar levantamentos e aferições de medidas educacionais com a finalidade de informar professores, gestores e administradores (VIANNA, 2005).

Conforme Vianna (2005), a avaliação é um processo contínuo, formativo que permite diagnósticos, reflexões e intervenções sobre a realidade avaliada e pode, ou não, resultar em mensuração. A legitimidade da avaliação, no âmbito educacional, requer que a prática avaliativa seja reflexiva e dialógica, de forma que avaliador e avaliado participem do processo de planejamento, execução e utilização dos resultados da avaliação (VIANNA, 2005).

Portanto, a avaliação é um processo complexo que ocorre em várias dimensões no âmbito da sociedade. Especificamente na educação, a avaliação vem sendo realizada em diversas instâncias, como por exemplo: “[...] avaliação do rendimento, avaliação do desempenho, avaliação de cursos, avaliação de instituições [...]” (VIANNA, 2005, p. 91). Para fins didáticos, Freitas *et all* (2009, p. 10) mencionam três níveis avaliativos: “[...] **avaliação em larga escala em redes de ensino**; [...] **avaliação institucional da escola** [...]; e a **avaliação da aprendizagem em sala de aula**, sob responsabilidade do professor” (grifos do autor).

Para Vianna (2005) e Freitas *et all* (2009) o objetivo maior da avaliação, seja qual for o nível em que seja realizada, deve ser a intervenção no processo educacional com vista à melhoria da qualidade da educação.

A qualidade da educação é um conceito complexo que possui várias definições e abordagens (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007). De acordo com Dourado, Oliveira e Santos (2007), a qualidade da educação compreende fatores extra e intra-escolares. Tais fatores incluem, entre outros, a formação docente, o transporte escolar, infra-estrutura escolar e municipal, materiais didáticos, merenda escolar, acesso com permanência, práticas avaliativas e pedagógicas.

Logo, a melhoria da qualidade do ensino fundamental perpassa as práticas avaliativas e estas se constituem ferramentas importantes para o monitoramento dessa etapa do ensino. Sendo que a preocupação com avaliação e monitoramento do ensino tem sido alvo de políticas públicas no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional (BONAMINO; BESSA, 2004; FREITAS, 2005).

No município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS), a Secretaria Municipal de Educação tem realizado avaliações censitárias de sua rede de ensino, aplicando provas para medir o desempenho acadêmico de alunos do ensino fundamental em leitura, língua portuguesa e matemática.

No âmbito estadual, o monitoramento da educação tem ocorrido devido a institucionalização de avaliação da educação em larga escala (BONAMINO; BESSA, 2004). Em MS, conforme informações do site da Secretaria de Estado de Educação, foi instituído o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul (SAEMS), cujas avaliações, ocorridas em 2003 e 2005, buscaram aferir o desempenho dos alunos (das 4^a e 8^a série do ensino fundamental e 3^o ano do ensino médio) em língua portuguesa e matemática.

Bonamino e Bessa (2004), afirmam que as iniciativas dos estados, em especial Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco, em criar programas de avaliação e medidas educacionais tiveram por objetivo comum estimular a formação de uma “cultura de avaliação” e “[...] aferir e informar sobre o rendimento dos alunos e a efetividade das escolas [...]” (BONAMINO; BESSA, 2004, p. 71).

No âmbito nacional, com base na legislação brasileira que estabelece as incumbências da União, dos estados e dos docentes para com a avaliação do ensino (BRASIL, 1996, Art. 9^o, 10^o e 13^o), foram formuladas políticas de avaliação da educação básica no país e nos estados da federação (FREITAS, 2005).

Das iniciativas nacionais cito, entre outras: o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) que é composto por ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica) e AN-RESC (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, a Prova Brasil); o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica); o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio); e o ENCCEJA (Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos).

Com a pretensão de estabelecer metas para a melhoria da qualidade da educação básica, o Executivo baixou o Decreto n. 6.094/2007. Tal documento diz respeito à implementação do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” pela União Federal, por meio de assistência técnica e financeira aos entes federativos que “voluntariamente” aderirem ao Compromisso em prol da melhoria da qualidade de ensino, tendo como parâmetro de qualidade as metas do Ideb. O Decreto prevê que a execução do Compromisso dar-se-á em regime de colaboração da União, dos municípios, do Distrito Federal e dos estados.

A qualidade da educação mensurada pelo Ideb (FERNANDES, 2007) é expressa pela razão entre a média do desempenho acadêmico (proficiência) e o tempo médio que os alunos levam para concluir cada série do ensino fundamental (fluxo escolar).

No âmbito internacional o monitoramento do ensino fundamental vem sendo realizado por meio de avaliações internacionais, como as do “Programa Internacional de Avaliação de Estudantes” (PISA), do “Primeiro Estudo Internacional Comparativo sobre Linguagem, Matemática e Fatores Associados, para Alunos do Terceiro e Quarto Ano da Educação Básica” e do “Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo” (SERCE), e de levantamentos de indicadores educacionais, como, por exemplo, os realizados pelas Pesquisas pelo “Programa de Indicadores Mundiais da Educação” – pesquisas WEI (INEP, 2011).

Portanto, o monitoramento educacional não tem sido somente uma iniciativa local, mas vem realizado em diversos âmbitos da sociedade nacional e internacional. Ao entender que as políticas não são algo pronto e acabado, mas sim algo dinâmico, sempre em formulação e reformulação, cujos resultados dependem das interpretações e intenções de seus atores (PALUMBO, 1994), considero importante compreender como as políticas públicas voltadas para o monitoramento educacional têm sido apreendidas, reinventadas e adaptadas a realidade da Escola Municipal Joaquim.

A ESCOLA MUNICIPAL: CONTEXTO E CARACTERÍSTICAS

A Escola Municipal Joaquim (EMJ) está localizada na região do Anhanduizinho, em área urbana em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2008) a escola foi criada por meio do decreto municipal em 11 de junho de 1966. Inicialmente duas professoras, freiras da única igreja católica do bairro, lecionavam na escola. Atualmente a escola faz parte da Rede Municipal de Ensino (REME) e é mantida pela SEMED de Campo Grande.

No ano de 2008, a escola ofertou o ensino fundamental a setecentos e quarenta e três alunos distribuídos em vinte e quatro turmas, sendo quinze turmas de 1º ao 5º ano e nove turmas

de 6º ao 9º ano (PPP, 2008). De acordo com a direção escolar, no ano seguinte, a unidade de ensino contou com seiscentos e oitenta matrículas no ensino fundamental nos períodos matutino e vespertino.

Quanto à infra-estrutura da escola, apesar de pequeno o espaço físico disponível é bem aproveitado, contando com: 12 salas de aula, sala dos professores, sala da direção, secretaria, sala da coordenação, laboratório de informática (equipado com computadores, televisão, DVD, caixa de som, microfone, câmera de filmagem), quadra de esportes coberta, biblioteca, parque recreativo, pátio descoberto, almoxarifado, cantina, três banheiros para alunos, um banheiro para funcionários (PPP, 2008). O quadro de funcionários da instituição, em 2008, era composto por cerca de sessenta profissionais, distribuídos nas funções administrativas (40%) e docentes (60%).

Os atores responsáveis pela gestão da EMJ são a diretora, o diretor adjunto, a orientadora educacional e a supervisora escolar. A diretora é formada em pedagogia e história, possui duas especializações e atualmente cursa o mestrado em Políticas Públicas de Educação. Iniciou a carreira no magistério como professora na EMJ, em 1980, e há doze anos está à frente da direção da escola. Conforme o Regimento Interno da Escola (RIE, 2010, p. 30), à diretora compete “[...] supervisionar e coordenar as atividades pedagógicas, administrativas e financeiras da unidade escolar [...]”.

O diretor adjunto, por sua vez, é formado em matemática e possui especialização em Políticas Públicas e Gestão Educacional no Contexto Intercultural, atua na função docente desde 1996 e há seis anos na direção da escola. O diretor adjunto tem por responsabilidade liderar, juntamente com a supervisora, as atividades pedagógicas da escola (Ibid).

Já a supervisora escolar e a orientadora educacional compõem a Equipe Técnica da Escola, sendo a primeira responsável por “[...] coordenar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas da unidade escolar [...]” (Ibid, p. 37), enquanto que a segunda “[...] compete orientar, acompanhar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem [...]” (Ibid, p. 40).

O trabalho dos gestores é auxiliado pela Associação de Pais e Mestres (APM) e pelos seguintes conselhos:

- Conselhos de Classe – órgão de natureza consultiva em assuntos didático-pedagógicos;
- Conselho de Professores – órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa;
- E Conselho Escolar – órgão representativo da comunidade escolar e local, de caráter deliberativo, fiscalizador, consultivo e mobilizador.

A escola tem apresentado variações positivas nos resultados de avaliações em larga escala dos anos iniciais do ensino fundamental, tanto nacionais quanto municipais. No caso da Avaliação Censitária da REME, considerando somente a média geral, a escola apresentou variações negativas nos resultados obtidos pelos alunos do ensino fundamental do 2º ano apenas em 2003 e do 5º ano apenas em 2004 e 2006. Sendo que nas demais edições da avaliação as variações se mantiveram positivas (Tabela 01).

Tabela 01. Média comparativa dos resultados na Avaliação Censitária da REME: EMJ

SÉRIE/ANO	ANO	MÉDIA POR COMPONENTE CURRICULAR AVALIADO			
		LING. PORT.	PROD. TEXTO	MATEMÁTICA	MÉDIA GERAL
1ª Série/2º ano	2002	6,06	5,64	7,70	6,46
	2003	5,89	5,79	7,18	6,28
	2004	6,60	6,15	6,16	6,30
	2005	6,03	5,68	7,31	6,34
	2006				
	2007	7,01	6,66	7,09	6,92
4ª Série/5º ano	2002				
	2003				
	2004	6,88	6,55	6,00	6,47
	2005	6,78	8,31	5,70	6,93
	2006	6,47	6,50	6,59	6,52
	2007	7,13	6,36	6,71	6,73

Fonte: Cadernos de Resultados da Avaliação Censitária da REME *apud* Projeto Político Pedagógico da escola, 2008, p. 20.

Quanto ao Ideb, a escola obteve, no período de 2005 a 2007, uma variação positiva de 1,7 nos anos iniciais do ensino fundamental, sendo que em 2005 obteve 4,0 e 5,7 em 2007. Já no de 2009, obteve 5,4 no Ideb, houve, pois, pequena variação negativa nesse índice: 0,3. Ainda assim, a escola já alcançou em 2009 a meta projetada para o ano de 2015, ficando com o índice acima do obtido pelo estado de MS e pelo país, ambos obtiveram 4,6 em 2009.

De acordo com a diretora, além das avaliações em larga escala, a EMJ tem realizado a auto-avaliação institucional há oito anos seguidos com vistas ao monitoramento do seu ensino fundamental.

A auto-avaliação institucional da escola, ou avaliação interna, consiste em um processo no qual a própria unidade escolar realiza e “[...] que permite desenvolver mecanismos para compreender os problemas que enfrenta e os desafios que tem que responder a si própria e à sociedade” (BRANDALISE, 2007, 17). A seguir apresento como a auto-avaliação institucional vem ocorrendo na escola.

A PRÁTICA DO MONITORAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A direção e a Equipe Técnica da Escola Municipal Joaquim vem realizando o acompanhamento sistemático do desempenho acadêmico dos seus alunos e pedagógico dos educadores desde o ano de 2002. As fontes das informações sobre esse processo, bem como sobre seus objetivos, ações e metas podem ser encontradas tanto nas falas das entrevistadas (diretora e orientadora educacional) quanto nos documentos escolares (Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno da Escola). Nessa seção apresento resultados parciais da análise documental e da análise de conteúdo que realizei sobre tais fontes.

Nos documentos escolares são estabelecidos os objetivos para a realização do monitoramento do ensino fundamental: diagnosticar a prática global do ensino e aprendizagem; elevar o desempenho acadêmico dos alunos; subsidiar a prática avaliativa e o planejamento do professor e melhorar a qualidade de ensino.

Para tanto, foram estabelecidos os instrumentos e critérios avaliativos comuns aos profissionais da educação e aos alunos, conforme constam no Quadro 01. Os instrumentos compreendem: provas (aplicadas aos alunos); auto-avaliação (dos profissionais e dos alunos); participação (em reuniões, debates e trabalhos em grupo); projetos; portfólios (com registros das ações desenvolvidas durante os projetos e das atividades realizadas pelos alunos).

Os projetos da escola são desenvolvidos em cinco etapas, quais são: planejamento (com a participação de todos os envolvidos); execução; análise (que geralmente resulta em produção textual); destino social ou culminação (divulgação na comunidade escolar dos resultados do projeto) e a auto-avaliação (individual e do grupo).

Além dos citados, a escola também utiliza outros instrumentos – os documentos oficiais – para o registro das notas e frequência dos alunos: planilha de notas (ficha de controle de desempenho dos alunos); diários de classe e canhotos de notas; plano anual de ensino; plano de aula (diário).

Os documentos oficiais são preenchidos e utilizados obrigatoriamente por todos os docentes da escola. Os registros realizados pelos professores são analisados e discutidos bimestralmente com a Equipe Técnica, a direção, os alunos e, às vezes, os pais/responsáveis (depende do interesse e disponibilidade destes) durante o Conselho de Classe.

Antes, porém, a Equipe Técnica, juntamente com o professor (Padrinho/Madrinha de Turma – eleito pelos alunos), representante discente (eleito entre os pares) e secretária da escola (que registra a ata), realizam o Pré-Conselho (bimestral) para coletar informações junto aos alunos por meio de perguntas orais e auto-avaliação. Nesse Pré-Conselho os alunos são ouvidos e têm a oportunidade de avaliar o desempenho que apresentaram durante o bimestre, e, ainda, avaliar o trabalho dos docentes e dos demais funcionários da escola (vigia, secretária, merendeira, bibliotecária, direção...).

Quadro 01. Instrumentos e critérios avaliativos da Escola Municipal.

INSTRUMENTOS	CRITÉRIOS
1) Provas escritas	
– <i>Objetivas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Alternativa verdadeira ou falsa (V ou F) - De múltipla escolha (alternativa correta) - Preencher lacunas - Correspondência - Sieriação (seqüência lógica) - Cancelamento ou exclusão
– <i>Operatória</i> (Dissertativo-argumentativa): planejar tempo para comentários dos avanços e intervenções	Sugere ordenação em 3 partes: 1ª parte – Tema que exige expressividade, escrita em forma de redação. 2ª parte – Perguntas simples e pequenas. 3ª parte – Problemas (Comparar, relacionar entre si conceitos de modo significativo, ortografia, coerência, estética, foco no tema, usar informações de outras disciplinas, selecionar, relacionar, buscar analogias e contrastes...)
2) Trabalho em Grupo	- Participação de todos, forma de apresentação: teatral, musical, textual, dinâmica de grupo, constatação de conhecimento individual...
3) Auto-avaliação	- Capacidade de auto observação: onde estava, caminhos que percorreu e onde está, capacidade de imparcialidade e sinceridade...
4) Dinâmica de Grupos	- Atenção para explicações dos procedimentos da dinâmica, participação, envolvimento na aplicação, participação na generalização...

5) Debate	- Respeito aos procedimentos: afirmação, réplica, tréplica, etc. Capacidade de ouvir, pertinência das perguntas, coerência das respostas, respeito a idéias e opiniões diferentes, conhecimento de causa...
6) Trabalho com projetos	<p>1ª etapa: Planejamento: participação de todos (opinião), capacidade de ouvir e de propor, interesse, preparo do cronograma, definição das respostas às perguntas chaves (o que, como, quem, onde, quando, para que, quanto), definição do destino social (o como na comunicação), esquema de pesquisa e trabalho...</p> <p>2ª etapa: Execução: cumprimento do cronograma, cumprimento da parte que cabe um, diversidade da fonte de pesquisa e entrevista, cumprimento do planejamento.</p> <p>3ª etapa: Análise – capacidade de análise e síntese do conteúdo pesquisado, aferimento com a hipótese inicial, com a hipótese inicial, confirmação, reformulação ou transformação, produção textual...</p> <p>4ª etapa: Destino Social ou Culminação: teatro, música, produção de vídeo, seminário, pintura de muro ou painéis, quadro mural, produção de jornal, livro, passeata, panfletagem, artigo no jornal...</p> <p>5ª etapa: Auto-avaliação – individual e do grupo.</p>
7) Portfólio	- Contato permanente com a evolução da aprendizagem, será utilizado do 1º ao 5º ano com registros de atividades relacionadas a produção de textos. Permite aos alunos e professores a avaliação da construção do conhecimento.
8) Tarefas para casa	- Oportunidade dos alunos se depararem com dúvidas ou oportunidades de avançarem no que aprenderam trazendo os resultados para a sala de aula, conquistando sua autonomia na aprendizagem.

Fonte: PPP (2008, p. 37-39).

Os resultados do Pré-Conselho, do Conselho de Classe, das fichas avaliativas, as planilhas de notas e os resultados das avaliações externas (Provinha Brasil, Avaliação Censitária da REME, Simulados bimestrais...) são sintetizados pela Equipe Técnica e pelo diretor adjunto em gráficos estatísticos e relatórios.

As sínteses são levadas ao Conselho de Professores para discussão e re-planejamento das ações, bem como para a redefinição de objetivos e metas. Ao final de cada ano letivo, o diretor adjunto elabora uma síntese comparativa dos dados bimestrais. Com base nesse instrumento, a direção e a Equipe Técnica elaboram uma ficha avaliativa a ser preenchida por todos os funcionários da escola durante a reunião anual, geralmente realizada no mês de dezembro.

Os dados das fichas avaliativas geram relatórios que serão discutidos pelos professores e comparados aos relatórios dos anos anteriores, durante a primeira reunião do ano letivo seguinte (geralmente final de janeiro ou início de fevereiro, antes do início das aulas). Com base nas discussões, os professores elaboram seus planos anuais de ensino e planos de aula. Assim, torna-se a reiniciar o ciclo do acompanhamento dos trabalhos docentes e do desempenho dos discentes.

De acordo com a diretora, todo o processo de monitoramento realizado pela escola é fundamentado e enriquecido com estudos teóricos e formações continuadas e buscam garantir a melhoria da qualidade de ensino expressa nas avaliações externas. As formações continuadas são ofertadas pela SEMED e instituições parceiras (universidades e instituições de ensino superior). Enquanto que o grupo de estudos teóricos conta com a participação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (docentes e discentes estagiários).

Na opinião dos gestores e da Equipe Técnica as ações voltadas para o monitoramento e a formação dos professores poderiam explicar parte do sucesso da escola em obter uma variação positiva no Ideb.

Com base na observação na escola e análises das falas dos atores escolares, entendo que um conjunto de fatores convergentes pode ter contribuído para o bom desempenho da escola nas avaliações e no Ideb, a saber: (a) a ação articulada dos gestores escolares focada na promoção da aprendizagem; (b) a liderança escolar da equipe gestora, o seu empenho no acompanhamento e na orientação do processo pedagógico; (c) o monitoramento do ensino fundamental pela escola e SEMED; (d) o entrosamento e a participação da comunidade escolar (funcionários, pais/responsáveis, alunos); (e) a formação continuada dos profissionais da escola.

Vários desses fatores são apontados em diversas pesquisas como sendo possíveis impulsionadores da melhoria no desempenho acadêmicos dos alunos. Reynolds e Teddlie (2008), em uma revisão sobre as pesquisas em eficácia escolar, apontam alguns elementos que podem contribuir para que uma escola seja de fato eficaz: liderança firme e objetiva do diretor, o envolvimento do vice-diretor, monitoramento do progresso, formação continuada dos docentes, entre outros fatores.

Os resultados de pesquisas – Mec, Inep e Unicef, 2007; Parandekar, Oliveira e Amorim, 2008; Unicef, 2010 – também apontaram que as ações desempenhadas pelos gestores municipais de educação, tanto dos secretários quanto dos técnicos, são fatores que podem contribuir positivamente para o desempenho acadêmico dos estudantes nas avaliações em larga escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monitoramento do ensino fundamental, realizado pela escola, consiste em um sistemático processo de acompanhamento do desempenho acadêmico dos alunos e pedagógico dos professores, por meio de um conjunto de instrumentos avaliativos e da participação da comunidade escolar. Todo o processo tem como objetivo promover a melhoria da qualidade de ensino expressa nas avaliações externas das quais a escola participa.

A análise dos dados coletado indica que uma série de fatores, além do monitoramento, podem ter contribuído para a variação positiva nos resultados do Ideb e da Avaliação Censitária da SEMED, quais sejam: formação continuada, apoio da SEMED, participação, liderança dos gestores.

Cabe ainda compreender quais as implicações do monitoramento para a gestão da escola, com que orientações ele é realizado e como têm se dado as relações externas e internas à escola. Para responder tais questionamentos pretendo aprofundar os resultados obtidos e realizar novos estudos que poderão gerar futuros artigos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli E. D. Afonso de. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. Série Pesquisa, v. 13.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2009.
- BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. *Auto-avaliação de escolas: processo construído coletivamente nas instituições escolares*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

fícia Universidade Católica de São Paulo, 213 p. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5346>. Acesso em: jul. 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil - 1988*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. In: *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 fev. 2006.

_____. *Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 07 de dezembro de 2009.

BONAMINO, Alicia; BESSA, Nícia. O “estado da avaliação” nos estados. In: FRANCO, Creso; BONAMINO, Alicia; BESSA, Nícia. *Avaliação da educação básica: pesquisa e gestão*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 65-78.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DECLARAÇÃO DE DAKAR. Texto adotado pela Cúpula Mundial de Educação em Dakar, Senegal, de 26 a 28 de abril de 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: jan. 2011.

DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI sobre Educação para Todos. Nova Delhi, Índia, 6 de dezembro de 1993. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf>>. Acesso em: jan. 2011.

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO das Nações Unidas. Cúpula do Milênio das Nações Unidas, Nova York, 6 a 8 de Setembro de 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/#>>. Acesso em: já. 2011.

DECLARAÇÃO MUNDIAL sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos e Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: jan. 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília – DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{F84EADE4-B76E-49DB-8B35-D196B9568685}_DISCUSSÃO%20Nº%2024.pdf>. Acesso em: out. 2009.

FERNANDES, Reynaldo. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4121>>. Acesso em: jan. 2011.

FLETCHER, Philip. R. Propósitos da avaliação educacional: uma análise das alternativas. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, FCC, n. 11, p. 93-112, jan./jun. 1995.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. *A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. *Educação & Sociedade*. [online]. 2007, v. 28, n. 99. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a11v2899.pdf>>. Acesso em: julho de 2010.

_____. Ação reguladora da União e qualidade do ensino obrigatório (Brasil, 1988-2007). *Educar em Revista*, n. 31, 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a04.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de; et all. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Fronteiras Educacionais).

HORTA, José Silvério Bahia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. *Cadernos de Pesquisas*. São Paulo. n. 104, p. 5-34, jul. 1998.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Ações Internacionais*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/internacional/default.htm>>. Acesso em: jan. 2011.

LÜDKE, Hermengarda; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: 2005, 2007 e 2009*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=336>. Acesso em: dezembro de 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Aprova Brasil: o direito de aprender: boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil*. – 2. ed. – Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. *Educação & Sociedade*, out. 2007, v. 28, n. 100, p. 661-690. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf>>. Acesso em: agosto de 2009.

PARANDEKAR, S. D.; OLIVEIRA, I. de A. R. de; AMORIM, É. P. (Orgs.). *Desempenho dos alunos na Prova Brasil: diversos caminhos para o sucesso educacional nas redes municipais de ensino*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

PALUMBO, Dennis. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: *POLÍTICA de capacitação dos profissionais da educação*. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989. p. 35-61. (Original: PALUMBO, D.J. *Public policy in América: government in action*. 2. ed. San Diego: Harcourt Brace, 1994. p. 8-29).

POUPART, Jean et. al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

REYNOLDS, D.; TEDDLIE, C. Os processos da eficácia escolar. In: BROOKE, N. e SOARES, J. F. (Orgs.) *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Uberlândia, MG: editora da UFMG, 2008, p. 335-392.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL. *Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul*: SAEMS. Mato Grosso do Sul, 2011. Disponível em: http://www.sed.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=98&id_comp=493&id_reg=172&voltar=lista&site_reg=98&id_comp_orig=493>. Acesso em: jan. 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE. *Ensino fundamental*. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2011. Disponível em: <http://www.capital.ms.gov.br/se-med/canaisTexto?id_can=1457>. Acesso em: 15 jan. 2011.

SOUZA, Alberto de Mello e. A relevância dos indicadores educacionais para a educação básica: informações e decisões. In: SOUZA, Alberto de Mello e. (Org.). *Dimensões da avaliação educacional*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 90-109.

UNICEF. *Caminhos do direito de aprender: boas práticas de 26 municípios que melhoraram a qualidade da educação*. Brasília, DF: Unicef, 2010.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional*. Brasília: Líber Livro, 2005. 182 p.

WOLFF, Laurence. Avaliações educacionais: uma atualização a partir de 1991 e implicações para a América Latina. In: BOMENY, Helena (Org.). *Avaliação e determinação de padrões na educação latino-americana*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 1-8.